

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, **O candidato deve ler as instruções** e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 30 (TRINTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 30 (TRINTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C e D**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de 3 (três) horas a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 30 (trinta) minutos após o início de sua realização, não podendo levar o caderno de provas, sob pena de eliminação. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova, que contém espaço para anotação do gabarito.
13. O último candidato de cada sala fica retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

PORTUGUÊS

Texto-base para as questões 01 a 05:

Ao fazer o cotejo da nossa lista de duzentos verbos com esses quatro importantes instrumentos de referência*, ficou claríssimo para nós o que já percebíamos intuitivamente: a regência verbal da modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo é bastante variável e as condenações da tradição a determinados usos não têm efetiva sustentação nem nos dados, nem nos instrumentos normativos.

Há nisso um tremendo paradoxo: os instrumentos normativos são, em geral, mais flexíveis do que o discurso categórico que prevalece no sistema escolar, na mídia, no trabalho de revisores, nas provas de concursos e nos testes de escolaridade.

A cultura filológica e linguística – apesar de, algumas vezes, se mover com certa timidez ou ambiguidade – tem claramente se afastado, em boa medida, da prescrição cega da interdição categórica. Até porque o uso da língua desmente qualquer dessas atitudes inflexíveis.

* *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes; *O problema da regência*, de Antenor Nascentes; *Dicionário prático de regência verbal*, de Celso Pedro Luft; *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*, organizado por Francisco da Silva Borba.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Escrever na universidade**: gramática da norma e referência. São Paulo: Parábola, 2022. p. 43-44.

01. Considerando o conteúdo do texto, assinale a alternativa CORRETA.

- | | |
|----|---|
| A. | A argumentação dos autores vai em direção à crítica ao fato de a cultura filológica e linguística estar se afastando de orientações mais prescritivistas em relação aos usos da regência verbal, especialmente no que tange à modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo. |
| B. | A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que é preciso fortalecer as orientações normativas em diferentes esferas (midiática, escolar etc.) para que não se escreva de forma deturpada no que tange à questão da regência verbal e nominal, embora tais orientações precisem passar por revisão. |
| C. | A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que não há razão que justifique um discurso inflexível em relação à questão da regência na língua portuguesa, uma vez que se faz uso corrente de construções que, numa perspectiva purista, são condenadas, muitas das quais são admitidas em instrumentos normativos. |
| D. | A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que há alguns setores da sociedade, como a mídia e a escola, que são referência no que tange ao ensino de língua portuguesa, devendo, portanto, ser considerados referência quando se trata de questões relativas à língua escrita, como é a questão da regência. |

02. Assinale a alternativa CORRETA, considerando o conteúdo do texto e a linha argumentativa desenvolvida.

- | | |
|----|--|
| A. | Todos os dicionários e compêndios gramaticais consultados apresentaram as mesmas orientações a respeito da regência dos verbos, o que mostra que não há divergências no que tange à descrição da regência verbal, embora haja divergência da descrição em relação aos usos cotidianos da língua. |
| B. | Não há razão para se insistir em condenações de usos correntes no que tange à regência verbal, uma vez que a regência verbal é um fenômeno variável na própria modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo, sendo tais condenações arbitrárias. |
| C. | Não se deve reconhecer todos os usos formais correntes na oralidade como legítimos e próprios da norma brasileira de referência, uma vez que as modalidades orais e escrita apresentam aspectos peculiares e nem sempre coincidentes. |
| D. | Usos que não estão dicionarizados ou gramaticalizados não devem ser considerados como parte da língua; por outro lado, não há razão para se incluir nos compêndios gramaticais verbos com nuances arcaicas ou de domínio formais ou ultraformais específico, como o domínio jurídico, por exemplo. |

03. Assinale a alternativa CORRETA.	
A.	O texto apresenta uma linguagem mais informal e com teor mais subjetivo do que comumente se observa em textos acadêmicos (como o artigo científico, por exemplo), como mostram as seguintes escolhas lexicais: “claríssimo”, “tremendo”, “timidez” e “cega”.
B.	Os substantivos “cotejo” (1º parágrafo), “paradoxo” (2º parágrafo) e “instrumentos” (2º parágrafo) apresentam, nesse texto, significado próximo de ‘comparação’, ‘problema’ e ‘equipamentos’, respectivamente.
C.	O paradoxo citado no texto se estabelece porque a cultura filológica, que diz respeito ao estudo científico do desenvolvimento de uma língua, é cega em relação às interdições categóricas e às atitudes inflexíveis no que tange à regência verbal.
D.	Pode-se dizer que a expressão “em boa medida” significa que o referido afastamento é expressivo, o que a torna contraditória em relação ao conteúdo apresentado entre os travessões – conteúdo esse que é exemplificado no último período do texto.

04. Assinale a alternativa que apresenta um caso de regência verbal que é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica, mas que é corrente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita.	
A.	É preciso entender o que é esse tipo de discurso, como ele funciona na prática em nossa sociedade e o que fazer para combater ele.
B.	Os alemães assistiram o evento pela televisão e rememoraram as atrocidades cometidas pelo regime nazista.
C.	Coisas como essas poderia ser evitadas, mas ainda hoje é preciso estar atento à onda de discursos de ódio que espalha-se pelo mundo.
D.	Se instaura o contato com o outro pelo viés do confronto, e disso resulta a aversão à diferença, materializada em práticas discursivas que produzem efeitos de hostilização e ódio.

05. Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos sinais de pontuação.	
A.	Os dois pontos do segundo parágrafo introduzem um aposto, que explica de que paradoxo se está falando.
B.	Os travessões são usados para separar uma oração intercalada e podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido ao texto, por parênteses.
C.	As vírgulas após “escolar”, “mídia” e “revisores” (2º parágrafo) são empregadas para separar elementos com a mesma função sintática não introduzidos pela conjunção ‘e’.
D.	Os dois pontos, no primeiro parágrafo, são usados para introduzir uma oração assindética e ocupam o lugar de uma conjunção coordenativa.

MATEMÁTICA

06. Os números racionais são os números que podem ser escritos na forma de fração. Sabendo disso, qual das opções a seguir não representa o número racional 45?	
A.	$135/3$.
B.	$90/2$.
C.	$-90/-2$.
D.	$45/-1$.

07. Com a proximidade da Copa do Mundo, os bolões começam a aparecer em maior número. Na última Copa do Mundo, em 2018, os funcionários da empresa “Sorriso Fácil” realizaram um bolão e quatro funcionários apostaram que a França seria o país campeão e por isso foram os vencedores do Bolão. O prêmio de 10 mil reais foi dividido de forma proporcional ao valor das apostas que cada um deles fez. Sabendo que Maria apostou R\$ 20,00, Guilherme apostou R\$ 15,00, Luiza apostou R\$ 8,00 e Rodolfo apostou R\$ 7,00, quanto cada um recebeu por ter acertado o Bolão?	
A.	Maria recebeu R\$ 4.000,00, Guilherme recebeu R\$3.000,00, Luiza recebeu R\$ 1.600,00 e Rodolfo recebeu R\$1.400,00.
B.	Maria recebeu R\$ 500,00, Guilherme recebeu R\$ 2.200,00, Luiza recebeu R\$ 5.000,00 e Rodolfo recebeu R\$2.300,00.
C.	Maria recebeu R\$ 2.500,00, Guilherme recebeu R\$ 3.500,00, Luiza recebeu R\$ 2.000,00 e Rodolfo recebeu R\$ 2.000,00.
D.	Maria recebeu R\$ 6.500,00, Guilherme recebeu R\$ 500,00, Luiza recebeu R\$ 1.500,00 e Rodolfo recebeu R\$ 1.500,00.

08. Uma piscina mede 5m x 8m e tem a profundidade de 1,5m. Sabendo que hoje ela está com 20.000 litros de água, quanto falta para enchê-la até a borda?	
A.	37.000 litros.
B.	80.000 litros.
C.	40.000 litros.
D.	60.000 litros.

09. Um teatro de Arena na cidade de “Risolândia” tem a forma de uma circunferência. Sabendo que essa circunferência tem o diâmetro de 54 metros e considerando $\pi = 3,14$, qual é o raio da circunferência e a sua respectiva área?	
A.	Raio = 54 m e Área = 2.222,07 m ² .
B.	Raio = 27 m e Área = 2.289,06 m ² .
C.	Raio = 54 m e Área = 2.543,07 m ² .
D.	Raio = 27 m e Área = 2.212,06 m ² .

10. Em decorrência da Pandemia da Covid-19, os shows tiveram que ter o público limitado. Uma prefeitura do interior de Santa Catarina, obedecendo às orientações do Ministério da Saúde, determinou que um metro quadrado poderia ser ocupado por apenas 3 pessoas. Sabendo que, no rodeio mais famoso da cidade, a prefeitura contratou uma banda para tocar no centro de eventos que tem uma área de 38.600 m ² e que o local ficou absolutamente lotado, é CORRETO afirmar que compareceram ao show cerca de quantas pessoas?	
A.	100.000 pessoas.
B.	154.400 pessoas.
C.	115.800 pessoas.
D.	120.000 pessoas.

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO

11. Segundo a professora Luana Polon ...”O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvido com base em uma ideia de possibilitar que o crescimento econômico continue ocorrendo. No entanto, de forma mais sustentável, visando a qualidade de vida da atual geração e das gerações futuras, num modelo que permita o desenvolvimento como um todo”. Portanto, quando se analisa a diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento, pode-se dizer que o desenvolvimento leva em consideração.....

A.	A riqueza do país.
B.	O Produto Interno Bruto.
C.	As necessidades das pessoas.
D.	A baixa inflação.

12. No Brasil a energia elétrica fica mais cara em que horário?

A.	No horário intermediário.
B.	No horário da noite.
C.	No horário da manhã.
D.	No horário de pico.

13. Quando nos referimos a “garantia de direitos relativos á liberdade”; a “garantia de direitos à participação política” e a “garantia de direitos relativos à dignidade da vida humana” estamos nos referindo respectivamente a quais conceitos?

A.	Cidadania política; Cidadania social e Cidadania civil.
B.	Cidadania civil; Cidadania política e Cidadania social.
C.	Cidadania civil; Cidadania social e Cidadania política.
D.	Cidadania social; Cidadania política e Cidadania civil.

14. A acadêmica Elaine Luzia dos Santos de 33 anos é a primeira brasileira portadora de tetraparesia a concluir o curso de medicina, é estudante de qual universidade?

A.	USP.
B.	UNIOESTE.
C.	UFPR.
D.	PUC-PR

15. O Oeste do Paraná, compreendido entre as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, já foi ocupado por indígenas, espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo, formou o Território Federal do Iguaçu. O território foi anexo ao Brasil após vários tratados com qual país?

A.	Paraguai.
B.	Argentina.
C.	México.
D.	Espanha.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO

16. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as etapas da Receita Orçamentária são:	
A.	Lançamento, Cobrança Administrativa, e Dívida Ativa.
B.	Deduções, Renúncias e Restituições.
C.	Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento.
D.	Principal, Juros e Multa.

17. Considerando que, no ano de 2018, houve eleições para o cargo de Governador do Estado do Paraná, qual é o último ano de vigência do PPA – Plano Plurianual do Estado do Paraná, elaborado, aprovado e sancionado sob comando do chefe do poder executivo estadual que tomou posse em 01/01/2019?	
A.	2020
B.	2022
C.	2023
D.	2024

18. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Um dos princípios orçamentários estipula que “ <i>todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa</i> ”. A qual princípio orçamentário este enunciado se refere?	
A.	Princípio da Universalidade.
B.	Princípio da Totalidade.
C.	Princípio da Exclusividade.
D.	Princípio da Legalidade.

19. Considerando que a figura a seguir é um recorte do Balanço Orçamentário do 6º Bimestre do ano de 2021, Anexo 01 do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) do Estado do Paraná, assinale a alternativa CORRETA:

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias							
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.612.871.166,00	51.916.802.470,00	10.333.558.802,21	19,90	51.190.157.199,59	98,60	726.645.270,41
RECEITAS CORRENTES	40.696.945.216,00	45.987.838.244,00	9.826.478.971,11	21,37	49.987.746.638,65	108,70	-3.999.908.394,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.927.392.790,00	26.324.549.373,00	5.535.196.896,03	21,03	29.144.367.523,57	110,71	-2.819.818.150,57
Impostos	23.702.296.740,00	26.099.453.323,00	5.497.069.961,33	21,06	28.925.712.902,88	110,83	-2.826.259.579,88
Taxas	225.096.050,00	225.096.050,00	38.126.934,70	16,94	218.654.620,69	97,14	6.441.429,31
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.531.597.000,00	2.531.597.000,00	618.349.094,46	24,43	2.447.624.288,09	96,68	83.972.711,91
Contribuições Sociais	2.531.597.000,00	2.531.597.000,00	618.349.094,46	24,43	2.447.624.288,09	96,68	83.972.711,91
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- A. A efetiva arrecadação de Taxas no ano de 2021 foi de R\$ 6.441.429,31.
- B. A arrecadação no ano de 2021 de Contribuições Sociais superou a previsão inicial em R\$ 83.972.711,91.
- C. A previsão da arrecadação com Impostos, inicialmente prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual), foi atualizada durante o ano de 2021, tendo um aumento de 10,83% com relação à previsão.
- D. A efetiva arrecadação com Receitas Correntes no ano de 2021 superou a previsão atualizada em R\$ 3.999.908.394,65.

20. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Estão obrigadas a seguir as disposições desta Lei, as entidades listadas a seguir, EXCETO:

- A. Empresas Estatais não dependentes.
- B. Autarquias.
- C. Tribunais de Contas dos Estados.
- D. Poder Legislativo dos Municípios.

21. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná estabelece que todos os seus jurisdicionados deverão instituir sistemas de controle interno, os quais devem desempenhar as seguintes atividades, EXCETO:

- A. Organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios.
- B. Ordenar a execução de despesas, com observância da Lei Orçamentária Anual, e dos fatores de limitação de empenho previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C. Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer.
- D. Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento.

22. São exemplos de Receita Extraorçamentária e Despesa Orçamentária de uma prefeitura, respectivamente:	
A.	Recebimento de impostos em dívida ativa; Devolução de recursos relativos a cauções depositados por empresas contratadas.
B.	Ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento de servidores; Pagamento de despesas com juros e encargos da dívida.
C.	Ingressos de recursos relativos a cauções depositados por empresas contratadas; Pagamento de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.
D.	Ingressos de transferências de capital em função de emenda parlamentar; Repasse de recursos relativos a consignações em folha de pagamento de servidores.

23. Qual é o lançamento contábil correto no subsistema orçamentário (natureza de informação orçamentária) de um órgão público para o seguinte fato contábil: Recebimento de recursos financeiros em conta corrente bancária referente à venda de produção agropecuária oriunda de produção do próprio órgão público?	
A.	Débito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Receita Agropecuária
B.	Débito - 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar Crédito - 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
C.	Débito - 1.1.1.0.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Receita Agropecuária
D.	Débito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Receita Agropecuária Crédito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

24. O Balanço Financeiro compõe o conjunto completo das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Ele difere do Balanço Orçamentário porque:	
A.	além das Receitas e Despesas Orçamentárias que compõem o Balanço Orçamentário, apresenta destacadamente o Ativo e Passivo Financeiro, que compreendem respectivamente os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, e as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
B.	o Balanço Financeiro demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período, ao passo que o Balanço Orçamentário apresenta as Receitas e Despesas Orçamentárias.
C.	enquanto o Balanço Orçamentário apresenta as Receitas e Despesas Orçamentárias, o Balanço Financeiro apresenta as entradas e saídas de caixa, classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
D.	o Balanço Financeiro apresenta a movimentação financeira completa da entidade, incluindo, além das Receitas e Despesas Orçamentárias que compõem o Balanço Orçamentário, as Receitas e Despesas Extraorçamentárias e o saldo inicial e final das disponibilidades.

25. Analise as afirmativas a seguir:

I - A fase da liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

II - O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

III - É permitida a realização de despesa sem prévio empenho, desde que tenha sido decretado estado de emergência ou calamidade pública.

De acordo com a Lei 4.320/64, estão CORRETAS as afirmativas:

A. Apenas as afirmativas I e II.

B. Apenas as afirmativas II e III.

C. Apenas as afirmativas I e III.

D. Todas as afirmativas.

26. Considerando as seguintes informações (e apenas estas) sobre um município, qual é o valor da sua Receita Corrente Líquida?

Receitas Tributárias (receita realizada)	R\$ 1.200.000,00
Receitas de Transferências Correntes (receita realizada)	R\$ 13.300.000,00
Receita Patrimonial (receita realizada)	R\$ 600.000,00
Receita de Operações de Crédito (receita realizada)	R\$ 400.000,00
Receitas de Contribuições (receita realizada)	R\$ 800.000,00
Deduções para a formação do FUNDEB	R\$ 1.500.000,00
Despesas com Pessoal e Encargos (despesa empenhada)	R\$ 7.200.000,00
Despesas com Juros e encargos da dívida (despesa empenhada)	R\$ 200.000,00
Outras Despesas Correntes (despesas empenhadas)	R\$ 6.500.000,00

A. R\$ 900.000,00

B. R\$ 14.400.000,00

C. R\$ 16.300.000,00

D. R\$ 14.800.000,00

27. Quanto à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), é CORRETO afirmar:

A. O resultado orçamentário do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

B. A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) apresentada da DVP ocorre em função da execução orçamentária, devendo ser registrada apenas quando da efetiva arrecadação das receitas.

C. O reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) pode ocorrer antes do estágio da liquidação da despesa, simultaneamente à liquidação ou após a liquidação.

D. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes apenas da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

28. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, é CORRETO afirmar:	
A.	O item do imobilizado que atenda aos critérios para reconhecimento inicial como ativo deve ser mensurado pelo seu custo e quando o ativo for adquirido por meio de transação sem contraprestação não deve ser reconhecido como ativo.
B.	Após o reconhecimento dos itens do ativo imobilizado, para a sua mensuração, a entidade deve escolher o modelo do custo ou o modelo da reavaliação como sua política contábil e deve aplicar tal política para a classe inteira de ativos imobilizados.
C.	Quando uma classe de ativos imobilizados ou todos eles são reavaliados, se o valor do(s) ativo(s) aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento não pode ser contabilizado, haja vista que haveria um aumento nos ativos e na situação patrimonial líquida.
D.	Para o cálculo da Depreciação de um ativo imobilizado, o valor do seu custo inicial deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, sem considerar qualquer valor residual.

29. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Despesa Orçamentária possui duas etapas, quais sejam: o Planejamento e a Execução. Essas etapas são divididas em estágios. Assinale a alternativa que apresenta os estágios na ordem cronológica CORRETA:	
A.	Fixação; Empenho; Pagamento; Liquidação.
B.	Empenho; Fixação; Liquidação; Pagamento.
C.	Empenho; Fixação; Pagamento; Liquidação.
D.	Fixação; Empenho; Liquidação; Pagamento.

30. Um órgão público teve a seguinte movimentação orçamentária no ano de 2021:	
Despesas Totais: Dotação Atualizada = R\$ 55.400.000,00	
Despesas Totais: Dotação Inicial = R\$ 51.000.000,00	
Despesas Totais: Liquidadas = R\$ 44.300.000,00	
Despesas Totais: Empenhadas = R\$ 45.200.000,00	
Despesas Totais: Pagas = R\$ 39.700.000,00	
Receitas Totais: Previsão Atualizada = R\$ 53.100.000,00	
Receitas Totais: Previsão Inicial = R\$ 51.000.000,00	
Receitas Totais: Realizadas = R\$ 49.300.000,00	
Considerando apenas essas informações e utilizando as despesas empenhadas para apurar o resultado orçamentário, é CORRETO afirmar:	
A.	Houve um Superávit de R\$ 4.100.000,00.
B.	Houve um Superávit de R\$ 9.600.000,00.
C.	Houve um Déficit de R\$ 2.300.000,00.
D.	O resultado foi nulo. Não houve Déficit nem Superávit.

Ficha de respostas para conferência (3PSS UNIOESTE – 19/06/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 20/06/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30